Como Calcular a Remição de Pena? 3 Passos Simples

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | setembro 4, 2025

Como calcular remição de pena envolve somar os dias trabalhados ou estudados, convertendo conforme as regras legais: 3 dias de trabalho equivalem a 1 dia remido, e 12 horas de estudo equivalem a 1 dia de redução da pena.

Já se perguntou **como calcular remição de pena** e se isso realmente pode ajudar a reduzir seu tempo na prisão? Entender esse cálculo pode parecer complicado, mas a gente pode desvendar isso juntos, passo a passo, para que você fique por dentro dos seus direitos.

O que vale para remissão de pena

A remição de pena permite que o preso diminua o tempo de sua sentença por meio do trabalho, estudo ou outras atividades autorizadas pela legislação. **Para compreender o que vale para remissão de pena**, é fundamental conhecer as regras previstas no Código Penal e na Lei de Execução Penal.

O principal meio é o **trabalho realizado dentro do regime prisional**, que pode reduzir a pena em até 1 dia para cada 3 dias trabalhados. Além disso, a participação em cursos educacionais, profissionais ou culturais é outra forma válida, onde a remição ocorre na proporção de 1 dia de pena a cada 12 horas de estudo.

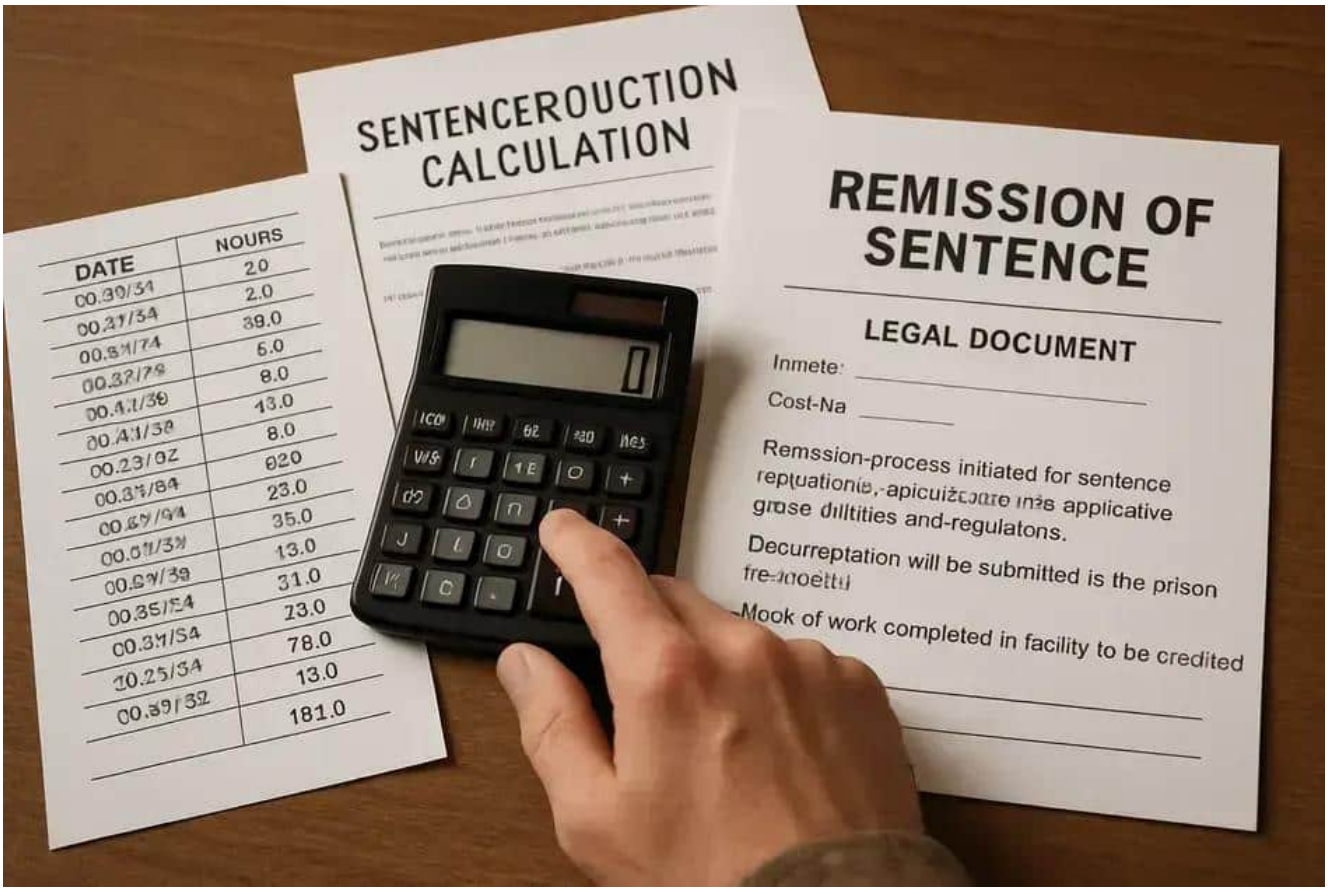
Também são consideradas atividades como a leitura produtiva, em alguns casos específicos, conforme regulamentação local, que estimula a reintegração e o desenvolvimento do preso. Importante destacar que a remição só é válida quando os atos forem comprovados e autorizados pelo juiz responsável pela execução penal.

Portanto, para que alguma atividade valha para a remição, ela precisa estar expressamente prevista em lei, possuir comprovação documental e ser aceita pela direção do estabelecimento prisional.

Dias que não valem para remição

Algumas atividades ou períodos, como o tempo em flagrante ou faltas disciplinares graves, não são computados para remissão de pena. Também não contam dias que o preso ficou em regime mais brando sem estar efetivamente trabalhando ou estudando.

Como calcular o tempo remido



Calcular o tempo remido é essencial para que o preso saiba quanto pode diminuir da pena original. A regra básica prevê que **cada 3 dias de trabalho** equivalem a 1 dia a menos na pena cumprida. No caso de estudo, a proporção é de 12 horas para 1 dia de remição.

Para realizar o cálculo, é necessário somar todas as atividades válidas para remição e converter esse tempo conforme a regra. Por exemplo, se um preso trabalhou durante 90 dias, ele pode ter 30 dias remidos da pena, considerando a relação 3 por 1.

Além disso, é fundamental ficar atento à documentação que comprova esse tempo, como certificados de curso e folhas de ponto do trabalho prisional, pois sem comprovação não há remição reconhecida.

Cálculo prático

Suponha que um preso tenha cumprido 360 dias de pena e tenha trabalhado por 180 dias. Ele terá direito a remir 60 dias de pena (**180 dias de trabalho dividido por 3**), reduzindo o total para 300 dias.

Esse cálculo pode variar caso o preso também tenha realizado estudos, somando dias remidos, o que oferece uma redução ainda maior do tempo total a cumprir.

Documentação necessária para comprovação

Para garantir a remição de pena, a apresentação da documentação correta é fundamental. **Documentos comprovam as atividades realizadas pelo preso** e são essenciais para que o juiz da execução penal reconheça o direito à remição.

Entre os principais documentos estão: folhas de ponto ou registros que comprovem o trabalho dentro do estabelecimento

prisional, certificados de cursos e atividades educacionais realizados, além de eventuais documentos que atestem participação em atividades culturais ou esportivas autorizadas.

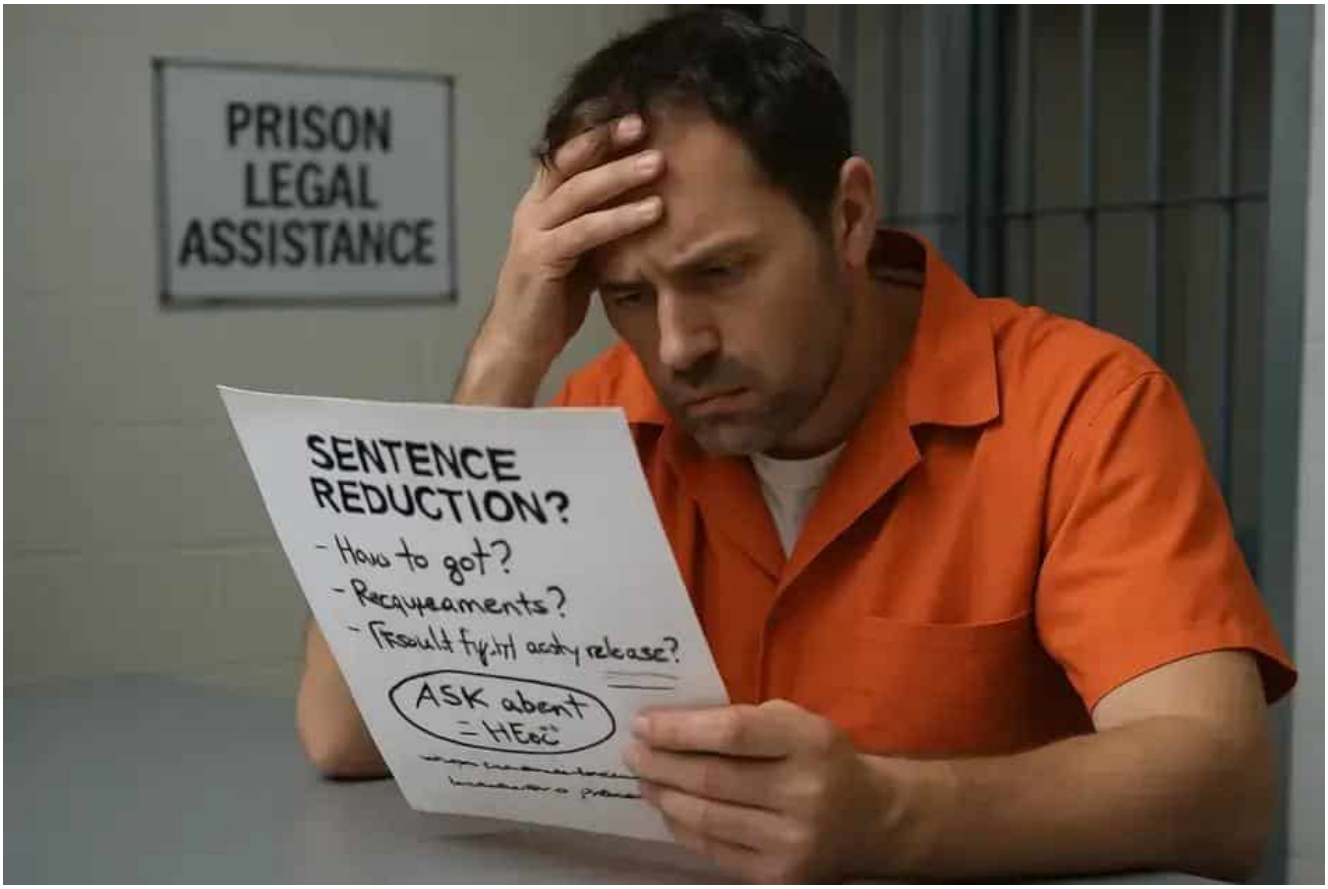
Importância da comprovação documental

Sem esses documentos, não é possível que o benefício da remição seja concedido, mesmo que o preso tenha cumprido todos os requisitos no dia a dia. A documentação deve estar atualizada e assinada pela autoridade competente da unidade prisional.

Além disso, é recomendável pegar uma declaração ou atestado da direção da prisão, especificando as atividades e o tempo dedicado, para fortalecer a comprovação no processo.

Manter a organização de documentos e acompanhar o andamento junto ao setor responsável pode evitar atrasos e garantir que o cálculo da remição seja feito corretamente.

Principais dúvidas sobre remição de pena



Muitas dúvidas surgem quando o assunto é **remição de pena**. Uma das perguntas mais comuns é sobre quais atividades realmente contam para o benefício. Apenas o trabalho dentro do sistema prisional e os estudos oficiais autorizados geram direito à remição.

Outra dúvida frequente é sobre o tempo necessário para começar a remir a pena. **Não existe um tempo mínimo fixo para iniciar a remição**, mas é preciso que as atividades sejam comprovadas e estejam devidamente autorizadas.

Posso acumular remição por trabalho e estudo?

Sim, é possível acumular a remição tanto pelo trabalho como pelos estudos, desde que comprovados por documentos oficiais. Isso pode acelerar a redução do tempo a cumprir.

E se meu cálculo estiver errado?

Se você perceber que o cálculo da remição foi feito incorretamente, pode solicitar revisão junto ao juiz da execução penal. É essencial apresentar toda a documentação comprobatória para corrigir possíveis erros.

Também existe dúvida sobre a remição em casos de faltas disciplinares. **Faltas graves podem interromper a contagem da remição**, atrasando o tempo de saída.

Como recorrer em caso de erro no cálculo

Se você identificar um erro no cálculo da remição de pena, é possível recorrer para corrigir essa falha. **O primeiro passo é reunir toda a documentação que comprova as atividades realizadas**, como certificados, folhas de ponto e declarações oficiais.

Depois, é importante apresentar um pedido formal de revisão junto ao juiz da execução penal responsável pelo seu caso. Esse pedido deve ser feito por meio de um advogado, que poderá elaborar uma petição detalhada explicando o problema no cálculo.

Documentação necessária para o recurso

Além dos documentos que comprovam o trabalho ou estudo, anexe também documentos pessoais, a sentença e o cálculo atual da pena, para que a análise seja completa e transparente.

Em caso de negativa ou demora no reconhecimento da remição, é possível recorrer a instâncias superiores, como o Tribunal de Justiça, para garantir que seus direitos sejam respeitados.

Manter o acompanhamento do processo e contar com o suporte jurídico correto aumenta as chances de sucesso na correção do

cálculo.

Conclusão

Entender como calcular a remição de pena é fundamental para que o preso possa aproveitar seus direitos e reduzir o tempo de cumprimento. Saber quais atividades valem, como comprovar e recorrer em caso de erro no cálculo faz toda a diferença.

Com as informações corretas e a documentação adequada, é possível garantir que a remição seja aplicada de forma justa e transparente. Este conhecimento pode ajudar a evitar atrasos e facilitar todo o processo.

Portanto, fique atento aos seus direitos e busque sempre orientação especializada para proteger e exercer o que a lei permite.

FAQ – Perguntas frequentes sobre remição de pena

O que é remição de pena?

Remição de pena é a possibilidade de reduzir o tempo de cumprimento da sentença através de trabalho, estudo ou outras atividades previstas em lei.

Quais atividades valem para remição de pena?

O trabalho realizado dentro do regime prisional e a participação em cursos ou estudos autorizados são as principais atividades que geram direito à remição.

Como calcular o tempo remido?

Cada 3 dias de trabalho equivalem a 1 dia de remição, e cada 12 horas de estudo equivalem a 1 dia de redução da pena.

Que documentos são necessários para comprovar a remição?

Folhas de ponto, certificados de cursos, declarações da direção do estabelecimento prisional e outros documentos oficiais que comprovem a atividade realizada.

Posso recorrer se houver erro no cálculo da remição?

Sim, é possível recorrer ao juiz da execução penal, apresentando a documentação comprobatória para revisão do cálculo.

Faltas disciplinares interrompem a remição?

Sim, faltas graves podem impedir a contagem da remição durante o período em que forem aplicadas as penalidades.

Fale com um especialista